

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	SALDO DEVEDOR	CLASSIFICAÇÃO
RNX Serviços Financeiros e Administrativos Ltda-EPP	06.696.071/0001-57	Rua Rodrigues Alves, 249, Centro, CEP 88.350-160, Brusque/SC.	3.320,00	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Ronan Caetano Rabelo-ME	06.881.762/0001-20	Rua Boa Vista, nº 771, letra A, Bairro Bela Vista, CEP: 38600-000, Paracatu/MG.	157.500,00	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Sabaudia Auto Vidros e Elétrica Ltda-ME	22.428.476/0001-60	Avenida Tuiuti, 2747, Maringá - PR -CEP: 87.043-629 - Tel. (44) 3028-6008	1.304,00	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Soldox Tecnologia Industrial Ltda-ME	85.495.794/0001-64	Avenida Mandacaru, 2906, Maringá - PR-CEP: 87.083-253 - Tel. (44) 3266-2240	656,28	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Spfiber Ltda-EPP	23.059.303/0001-85	Al. das Primaveras, 392, Palmeiras, CEP 06.950-000, Juquitiba/SP.	14.460,00	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
SR Artefatos de Cimento Eireli-EPP	22.163.720/0001-00	Rodovia BR -101, s/nº, Via D2 Lote 28, Quadra C, Bairro Polo Industrial, CEP 45991-810, Teixeira de Freitas/BA.	5.000,00	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Tabaleyser Alinhamento de Chassi Ltda-ME	05.682.038/0001-05	Rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda, PR 323, S/N, Km 02, Sala 05, Jardim Nilsa, Maringá - PR - CEP: 87.065-160 - Tel. 3220-7100	2.913,00	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Tematec Engenharia Industrial Ltda-ME	14.997.745/0001-81	Avenida Riachuelo, 332, Sala A, Zona 03, Maringá-PR, CEP: 87050-220 - Tel. 17-3531-9600	650,00	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Ter Brasil Equipamentos Hidráulicos Ltda-ME	10.554.919/0001-80	Rua Jacob Cemim, 1516, Caxias do Sul - RS - CEP: 95.041-230 - Tel. (19)3467-9200	10.048,50	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Tork Com. Peças Aut. Ltda-ME	24.758.624/0001-30	Rua Augusto Hulse, Tubarão - SC - CEP: 88.708-100 - Tel. (44) 3301-3000	24.160,00	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Torq Gear Energia Hidráulica Ltda-EPP	02.042.335/0001-06	Avenida Sebastião Henriques, 740, São Paulo - SP - CEP: 02.723-050 - Tel. (44)3026-2730	4.400,00	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Trans-Peres Transportes e Logística Ltda-ME	10.390.640/0001-09	Rua Coronel Mario Cordeiro, 310, C, Jardim Serra Verde, CEP 39801-457, Teófilo Otoni/MG.	15.000,00	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Valdemir Pedro da Silva & Cia Ltda-ME	09.036.168/0001-21	Avenida Humaitá, 588, Zona 04, Maringá - PR - CEP: 87.014-200 - Tel. 3227 0582	2.300,00	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Visual Paineis Ltda-EPP	76.074.491/0001-87	Avenida Paranaíba, 2570, Zona 19 - Maringá - PR - CEP: 87.070-070 - Tel. (11)3003 7372	27.411,02	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Vithi - Equipamentos Industriais - Eireli-ME	17.998.103/0001-95	Rua Verde, 520, 3 Parte, Parque Industrial Bandeirantes, CEP 87070-150, Maringá/PR.	25.000,00	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)



CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	SALDO DEVEDOR	CLASSIFICAÇÃO
VX Seg. Dist. Equipamentos de Segurança Ltda-EPP	15.673.160/0001-79	Avenida Mauá, 1608, Maringá - PR - CEP: 87.050-020 - Tel. 9972-2620	465,00	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Wep Express Transportes EIRELI-ME	20.989.383/0001-80	Rua Monsenhor Kimura, 353, Maringá - PR - CEP: 87.010-450 - Tel. (11)3003 7372	251,22	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
Metalúrgica Freitas-EIRELI-EPP	09.242.534/0001-07	Rua Mané Garrincha, 61, Parque Industrial I, Mandaguari - PR - CEP: 86.975-000 - Tel (44) 3233-6300	3.881,40	Quirografário Especial (EPP/ME/EIRELI)
TOTAL			552.833,78	



VIII – CAPACIDADE DE PAGAMENTO FLUXO DE CAXA FUTURO



8.1 Capacidade de Pagamento

A capacidade de pagamento e o fluxo de caixa futuro do Grupo RODOMUNK foram determinados a partir dos novos parâmetros estabelecidos na reestruturação dos custos de produção e despesa operacionais, bem como nos novos patamares de produção, os quais serviram de base para a proposta de planejamento econômico-financeiros apresentado.

Conforme demonstrado, anteriormente, os parâmetros foram definidos para três fases do planejamento econômico financeiro elaborado. **Todos os valores foram apresentados a partir de suas médias mensais**, uma vez que propiciam melhor visibilidade da capacidade de pagamento, haja vista que os desembolsos com as parcelas referentes a amortização do endividamento serão mensais.

Como já foi alertado, anteriormente, os gestores terão como principal desafio, no primeiro ano em recuperação, reverter uma situação deficitária, para um resultado positivo.

O principal esforço deverá ser concentrado na gestão financeira da empresa. Os gestores terão que implementar novas estratégias que reduzam de forma substancial as despesas financeiras. Para o êxito de tal tarefa, necessitarão, nos primeiros anos em recuperação, formar capital de giro em montante correspondente às necessidades mínimas para financiar todo o ciclo operacional.

A partir de tal resultado, conseguirão melhorar a capacidade de compra, o que, além proporcionar redução no custo de aquisição de matéria prima, proporcionará a regularização na entrega dos produtos comercializados.

Ainda, relação aos custos de fabricação, estima-se que as empresas do Grupo conseguirão reduzir os gastos com pessoal diretamente aplicado à produção. Dos atuais **41,0%** da ROL, estes deverão situar-se no patamar de **28,0%**.

Em relação as despesas operacionais, também deverá ocorrer redução, com destaque para a participação relativa das Despesas Financeiras na ROL.



Da atual média de comprometimento da Receita Operacional Líquida, de **5,0%**, estima-se uma queda para algo em torno de **3,0%**.

Tais pressupostos tiveram como fundamentos os fatos de que em recuperação judicial as empresas reduzirão significativamente o pagamento de juros, bem como melhorará as gestões administrativa e operacional, que contribuirão para os ganhos de eficiência previstos, sobretudo, àqueles advindos de economias de escalas.

Além destes parâmetros, foram consideradas, adicionalmente, as seguintes projeções:

- que a renovação de máquinas, equipamentos, veículos e instalações somente irá ocorrer a partir do oitavo ano;
- As empresas conseguirão formar o capital de giro necessário, até o quinto o ano em recuperação;
- O parcelamento proposto para a amortização do endividamento será aceito pelos credores, conforme proposta definida neste plano;

Conforme pode ser visualizado na Tabela nº 36, a única **FONTE** de recursos para suprir a capacidade de pagamento das empresas, é o Lucro Operacional Líquido. Para sua determinação utilizou a projeção das receitas, conforme procedimentos adotados no item 5.1 (Tabela nº 18) e as estruturas de custos e despesas operacionais. A projeção do lucro operacional líquido, considerada foi aquela estimada no item 5.2, (Tabelas nº 19 (a), (b) (c)). As projeções indicaram que serão necessários dezoito anos para as empresas do Grupo Rodomunk, saldarem todo o endividamento.

Conforme demonstrado na Tabla nº 36, no primeiro ano a média mensal do resultado operacional líquido será de **R\$ 40.416,74**. Em contrapartida, os desembolsos com os pagamentos de parcelamentos de impostos, verbas trabalhistas e sentenças de ações trabalhistas, somaram a importância de **R\$ 33.977,00**. Tal performance propiciará saldo financeiro da ordem de **R\$**



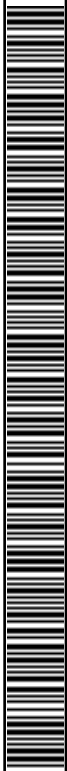
11.439,74. Contudo, como as empresas possuirão saldo remanescente de valores a receber, no montante estimado de **R\$ 5.000,00** mensais, isto permitirá que as empresas atuem com saldo de caixa, médio mensal, de **R\$ 16.439,74.**

No ano seguinte, com o aumento na produção de guindastes, o resultado operacional líquido mensal estimado será de **R\$ 43.865,58.** Neste ano, iniciaram os pagamentos dos fornecedores que possuem créditos a receber até **R\$ 5.000,00**, o que fará com que os desembolsos somem a importância de **R\$ 44.094,48.** Portanto, acarretará em saldo financeiro negativo de **R\$ - 228,91**, o qual será coberto pelo o saldo de caixa remanescente do ano anterior. (Tabela nº 36 a)

No terceiro ano, com a recuperação da imagem e credibilidade da empresa, estima-se que a empresa conseguir melhorar sua capacidade de compra de matéria prima, bem como reduzir os encargos financeiros, o que propiciará sensível melhora do resultado operacional líquido, que deverá alcançar a cifra de **R\$ 59.993,99.** Por outro lado, o desembolso com a amortização do endividamento será da ordem de **R\$ 58.465,10.** Tal desempenho resultará em saldo financeiro mensal de **R\$ 1.528,89**, ampliando o saldo médio mensal de caixa para **R\$ 17.739,72.** (Tabela nº 36 a)

No quarto ano, com o fim o prazo de carência pleiteado aos credores, o desembolso mensal com o parcelamento será da ordem de **R\$ 78.467,32**, para um lucro médio mensal de **R\$ 67.732,11**, resultando em um saldo financeiro mensal negativo correspondente a **R\$ -10.735,20**, o qual será coberto pelo saldo remanescente de caixa acumulado nos anos anteriores, conforme demonstrado na Tabela nº 36 (a).

A partir do quinto ano, as empresas voltarão a operar em situação de equilíbrio operacional/financeiro. O resultado operacional líquido mensal sempre será superior aos desembolsos mensais com os pagamentos das amortizações do parcelamento das dívidas com bancos, fornecedores e impostos. Tal performance permitirá que as empresas constituam capital de giro necessário para operarem em situação de sustentabilidade financeira. (Tabelas nºs 36 a, b c)



Entre o oitavo e o décimo primeiro ano, as empresas necessitarão realizarem investimentos para a renovação de suas máquinas, equipamentos, instalações e veículos, para que não ocorra o comprometimento de sua capacidade operacional. Estima-se que ao longo desses quatro anos as empresas irão implementar um programa de renovação do parque fabril que exigirá investimentos da ordem de **R\$ 75.000,00** mensais. (Tabela nº 36 b)

Conforme demonstrado nas Tabelas nºs 36 (b) e 36 (c), com os investimentos que serão realizados entre o oitavo e o décimo primeiro ano, deverá ocorrer déficit entre o montante alcançado de Resultado Operacional Líquido e os desembolsos totais (parcelamento e investimentos), neste período. Mas, tal diferença será suprida pelo saldo de caixa, sem riscos de ocorrência de desenhos.

A partir do décimo segundo ano, as empresas conseguirão operar em condições de plena estabilidade financeira, amortizando totalmente seu endividamento e constituindo capital de giro em montante suficiente para financiar todo o seu ciclo operacional.

8.2 Fluxo de Caixa Futuro

As tabelas a seguir demonstram a capacidade de pagamento e o fluxo de caixa futuro do Grupo RODOMUNK, para um período correspondente a 18 (doze) anos após a homologação do plano de recuperação Judicial.

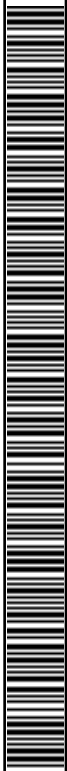


TABELA Nº 36 (a)
CAPACIDADE PAGAMENTO E FLUXO DE CAIXA FUTURO (1º ao 5º Ano)
(Médias Mensais)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO	1º ANO	2º ANO -	3º ANO -	4º ANO	5º ANO
RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL	40.416,74	43.865,58	59.993,99	67.732,11	77.317,23
DESEMBOLSOS COM PARCELAMENTOS					
CREDORES CONCURSAIS	2.233,75	7.769,71	18.141,17	36.397,68	35.340,60
Direitos Trabalhistas	2.233,75	-	-	-	-
Credores com Garantias Reais	-	-	-	12.277,78	12.308,48
Quirografários - Instituições Financeiras	-	-	-	8.791,96	7.665,87
Quirografários - Fornecedores Normal	-	3.488,67	8.421,35	9.886,29	9.911,00
Quirografários - Fornecedores EPP	-	4.281,04	9.719,82	5.441,65	5.455,26
CREDORES NÃO CONCURSAIS	31.743,25	36.324,77	40.323,93	42.069,63	30.082,66
Tributos e Impostos	20.132,14	24.191,16	27.644,31	28.819,43	30.082,66
Receita Federal do Brasil	15.698,15	19.728,35	23.152,49	24.298,41	25.532,25
Secretaria de Estado da Fazenda do estado do Paraná	4.433,99	4.462,82	4.491,82	4.521,02	4.550,41
Provisão para Credores Trabalhistas	11.611,11	12.133,61	12.679,62	13.250,21	-
Credores Trabalhistas não Habilitados - quantia ilíquida - Art 6º §§1 a 5 da Lei 11.101/2005	11.611,11	12.133,61	12.679,62	13.250,21	-
VALOR MENSAL DO PARCELAMENTO	33.977,00	44.094,48	58.465,10	78.467,32	65.423,26
VALORES A RECEBER	5.000,00	-			
INVESTIMENTOS - RENOVAÇÃO DE INSTALAÇÕES	0,00				
SALDO FINANCEIRO (Média Mensal)	11.439,74	(228,91)	1.528,89	(10.735,20)	11.893,97
SALDO DE CAIXA (ENCAIXES/DESENCAIXE) (Média Mensal)	16.439,74	16.210,83	17.739,72	7.004,52	18.898,49



TABELA Nº 60 (b)
CAPACIDADE PAGAMENTO E FLUXO DE CAIXA FUTURO (6º ao 10º Ano)
(Médias Mensais)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO	6º ANO	7º ANO -	8º ANO -	9º ANO	10º ANO
RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL	85.867,71	95.413,20	99.706,80	104.193,60	108.882,31
DESEMBOLSOS COM PARCELAMENTOS					
CREDORES CONCURSAIS	35.428,95	25.061,58	25.124,23	25.187,04	25.250,01
Direitos Trabalhistas	-	-	-	-	-
Credores com Garantias Reais	12.339,25	12.370,10	12.401,02	12.432,02	12.463,10
Quirografários - Instituições Financeiras	7.685,03	7.704,24	7.723,50	7.742,81	7.762,17
Quirografários - Fornecedores Normal	9.935,78	4.987,24	4.999,71	5.012,21	5.024,74
Quirografários - Fornecedores EPP	5.468,89	-	-	-	-
CREDORES NÃO CONCURSAIS	31.441,10	32.902,38	19.749,54	21.346,29	23.072,13
Tributos e Impostos	31.441,10	32.902,38	19.749,54	21.346,29	23.072,13
Receita Federal do Brasil	26.861,11	28.292,62	19.749,54	21.346,29	23.072,13
Secretaria de Estado da Fazenda do estado do Paraná	4.579,98	4.609,75	-	-	-
Provisão para Credores Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores Trabalhistas não Habilitados - quantia ilíquida - Art 6º §§1 a 5 da Lei 11.101/2005					
VALOR MENSAL DO PARCELAMENTO	66.870,05	57.963,96	44.873,78	46.533,33	48.322,15
VALORES A RECEBER					
INVESTIMENTOS - RENOVAÇÃO DE INSTALAÇÕES	0,00	0,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00
SALDO FINANCEIRO (Média Mensal)	18.997,66	37.449,24	(20.166,98)	(17.339,73)	(14.439,83)
SALDO DE CAIXA (ENCAIXES/DESENCAIXE) (Média Mensal)	37.896,15	75.345,39	55.178,41	37.838,68	23.398,84



TABELA Nº 60 (c)
CAPACIDADE PAGAMENTO E FLUXO DE CAIXA FUTURO (11º ao 15º Ano)
(Médias Mensais)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO	11º ANO	12º ANO -	13º ANO -	14º ANO	15º ANO
RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL	113.782,02	118.902,21	124.252,81	129.844,18	135.687,17
DESEMBOLSOS COM PARCELAMENTOS					
CREDORES CONCURSAIS	25.313,14	25.376,42	25.439,86	25.503,46	25.567,22
Direitos Trabalhistas					
Credores com Garantias Reais	12.494,26	12.525,50	12.556,81	12.588,20	12.619,67
Quirografários - Instituições Financeiras	7.781,57	7.801,03	7.820,53	7.840,08	7.859,68
Quirografários - Fornecedores Normal	5.037,30	5.049,89	5.062,52	5.075,18	5.087,86
Quirografários - Fornecedores EPP					
CREDORES NÃO CONCURSAIS	24.937,51	26.953,70	29.132,91	31.488,30	34.034,12
Tributos e Impostos	24.937,51	26.953,70	29.132,91	31.488,30	34.034,12
Receita Federal do Brasil	24.937,51	26.953,70	29.132,91	31.488,30	34.034,12
Secretaria de Estado da Fazenda do estado do Paraná					
Provisão para Credores Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores Trabalhistas não Habilitados - quantia ilíquida - Art 6º §§1 a 5 da Lei 11.101/2005					
VALOR MENSAL DO PARCELAMENTO	50.250,65	52.330,12	54.572,77	56.991,76	59.601,34
VALORES A RECEBER					
INVESTIMENTOS - RENOVAÇÃO DE INSTALAÇÕES	75.000,00				
SALDO FINANCEIRO (Média Mensal)	(11.468,63)	66.572,08	69.680,04	72.852,43	76.085,83
SALDO DE CAIXA (ENCAIXES/DESENCAIXE) (Média Mensal)	11.930,21	78.502,30	148.182,34	221.034,76	297.120,60



TABELA Nº 60 (a)
CAPACIDADE PAGAMENTO E FLUXO DE CAIXA FUTURO (16º ao 18º Ano)
(Médias Mensais)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO	16º ANO	17º ANO -	18º ANO -		
RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL	141.793,09	148.173,78	154.841,60		
DESEMBOLSOS COM PARCELAMENTOS					
CREDORES CONCURSAIS	25.631,14	25.695,21	25.759,45		
Direitos Trabalhistas					
Credores com Garantias Reais	12.651,22	12.682,85	12.714,56		
Quirografários - Instituições Financeiras	7.879,33	7.899,03	7.918,78		
Quirografários - Fornecedores Normal	5.100,58	5.113,33	5.126,12		
Quirografários - Fornecedores EPP					
CREDORES NÃO CONCURSAIS	0,00	0,00	0,00		
Tributos e Impostos	-	-	-		
Receita Federal do Brasil	-	-	-		
Secretaria de Estado da Fazenda do estado do Paraná					
Provisão para Credores Trabalhistas	0,00	0,00	0,00		
Credores Trabalhistas não Habilitados - quantia ilíquida - Art 6º §§1 a 5 da Lei 11.101/2005					
VALOR MENSAL DO PARCELAMENTO	25.631,14	25.695,21	25.759,45		
VALORES A RECEBER					
INVESTIMENTOS - RENOVAÇÃO DE INSTALAÇÕES					
SALDO FINANCEIRO (Média Mensal)	116.161,96	122.478,57	129.082,15		
SALDO DE CAIXA (ENCAIXES/DESENCAIXE) (Média Mensal)	413.282,55	535.761,12	664.843,27		



8.3 Vendas de Ativos.

Com a implantação do programa de renovação de equipamentos, máquinas e veículos, as empresas deverão efetuar a venda alguns bens do seu ativo que não mais lhe serão úteis, bem como veículos usados, que não poderão mais operar.

De tal forma a empresa deverá, ao longo do tempo, proceder a vendas de alguns ativos.

Para tanto conta com a possibilidade legal prevista no Art. 66 da Lei Federal nº 11.101/2005, que estabelece a seguinte prerrogativa:

*“Art. 66. Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz, depois de ouvido o Comitê, **com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial**”.*

É intenção das empresas procederem a venda de ativos como veículos e equipamentos relacionados no Anexo II, parte integrante desse plano, à medida que os mesmos não se mostrarem mais em condições e uso para os fins específicos de produção de guindastes.

De tal sorte, por ocasião da deliberação do presente plano de recuperação judicial, pela assembleia de credores, deverá ser submetida tal possibilidade à Assembleia Geral de Credores, para que mesma delibere sobre a conveniência e oportunidade de aprovar tal medida.



IX – LAUDO ECONÔMICO FINANCEIRO
PARECER FINAL



9. Laudo Econômico Financeiro - Parecer Final

A partir do diagnóstico e das análises realizadas do desempenho operacional, administrativo, econômico e financeiro das empresas do Grupo Econômico RODOMUNK, os resultados obtidos permitiram avaliar os principais problemas e dificuldades enfrentadas pelas mesmas. Dentre estes podem ser destacados:

- endividamento elevado;
- rolagem de dívidas vencidas por novas dívidas, com juros mais elevados, excessos de garantias e exigências indevidas de reciprocidades;
- desencaixes perenes, que ocasionaram sua insustentabilidade financeira;
- encargos financeiros elevados, que comprometem o resultado operacional líquido;
- falta de capital de giro para financiar todo o ciclo operacional;
- limitações da capacidade de compras, expondo à vulnerabilidade no fornecimento regular de matéria primas;
- falta de sistema de informações gerenciais como instrumento de gestão;
- deficiência no sistema de apropriação de custos;
- inexistência de um sistema de apuração mensal do resultado econômico-financeiro.
- carência de critérios para a precificação dos produtos;

Os estudos indicaram que as empresas somente conseguirão superar esta situação de **insustentabilidade financeira** se conseguir reduzir drasticamente seus encargos com pagamento das parcelas decorrentes de financiamentos e renegociações de dívidas. Para tanto, terá que romper com a ciranda financeira a que está submetida, o que somente será possível a partir de um parcelamento de longo prazo, com razoável período de carência.

Por outro lado, constatou-se que as empresas conseguem operar em condições de **viabilidade econômica**, desde de que produzam com escala de produção em patamar que seja suficiente para diluir os seus custos fixos e gerar, portanto, economias de escalas. Tal nível de produção foi estimado em, no mínimo, 125 guindastes/ano),



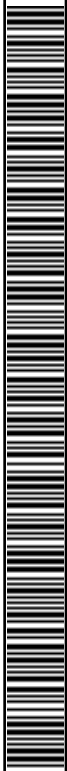
Constatou-se, que as empresas não apresentam problemas de ordem operacional (produção). Sua estrutura, em termos de máquinas e equipamentos, é adequada para o *mix* e quantidade de produtos, que necessita produzir para adquirir capacidade de pagamento para amortizar seu endividamento. Os produtos que distribui são identificados pelos consumidores como de boa qualidade, portanto, com boa aceitação e potencial de penetração no mercado.

Os problemas de ordem administrativa detectados são de fácil solução. Boa parte dos mesmos poderão ser solucionados com a introdução de um sistema de informações gerenciais e de apropriação de custos, que se configurem como instrumentos de tomada de decisão. A gestão administrativa tende a melhorar se ocorrem descentralizações, favorecendo e dando maior eficiência ao processo de tomada de decisão.

O desempenho econômico poderá ser fortalecido com a melhora do poder de compra das empresas, o que resultará em aumentos em sua margem operacional bruta. Tal performance poderá ser obtido em decorrência do equacionamento dos problemas financeiros atualmente são enfrentados pelas empresas. Sem a necessidade de rolar diariamente seu endividamento, elas terão condições de comprar melhor as matérias primas.

Com a nova gestão financeira, que será viabilizada a partir da aprovação deste plano, ocorrerá significativa redução das despesas com pagamento de juros bancários. Somando-se a tal feito, a redução das participações relativas das despesas com pessoal, na receita operacional líquida, as empresas conseguirão obter margem operacional líquida em patamar compatível às necessidades de amortização de todo o seu endividamento.

Com a implementação do planejamento econômico financeiro proposto e a aceitação por parte dos credores da proposta de carência apresentada, o Grupo RODOMUNK adquirirá capacidade de pagamento condizente com as necessidades de amortização de seu endividamento, garantindo sua sustentabilidade financeira.



No planejamento proposto a empresa alcançará, em médio prazo, crescimento anual sustentável, o que lhe permitirá gerar novos empregos, ampliando sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país.

Ainda, outro fato importante, que favorece o cenário de médio prazo, são as perspectivas para a economia brasileira a partir do segundo semestre do ano de 2019.

A partir de tais encaminhamentos, pode-se inferir com ampla margem de segurança, que o plano de recuperação judicial e de reestruturação econômico-financeira, ora apresentado, dota as empresas do GRUPO ECONÔMICO RODOMUNK, de condições para atuar com níveis de eficiência operacional que lhe assegurarão viabilidade econômica e sustentabilidade financeira, capaz de gerar os resultados necessários ao saneamento de seu endividamento.

Finalmente, merece registro, a possibilidade de mais uma alternativa de viabilidade de operação e saneamento financeiro da empresa. Conforme disposto no Inciso XI, do artigo 50, Lei 11.101/2005, que prevê as possibilidades de fusão, associação, arrendamento, etc..

Maringá, 26 de junho de 2017

NEIO LÚCIO PERES GUALDA
ECONOMISTA – CORECON-PR 2838



ANEXOS

ANEXO I – LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO – PARECER FINAL

**ANEXO II – RELAÇÃO DE BENS DOS ATIVOS DAS EMPRESAS DO
GRUPO RODOMUNK**

**ANEXO III – LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE MÁQUINA
E EQUIPAMENTOS**

**ANEXO IV – LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE
VEÍCULOS LEVES**

**ANEXO V – LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE
VEÍCULOS - CAMINHÃO**

**ANEXO VI – LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE MOVEIS
E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

